
DIREITOS DAS MULHERES NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES: UMA PESQUISA INTERVENÇÃO COM ESTUDANTES DO ENSINO MÉDIO DE QUATRO ESCOLAS PÚBLICAS DE DUQUE DE CAXIAS

*Catarina Furtado Chaves
Cleonice Puggian
Cynthia Matos Pereira Irineu*

RESUMO

Neste artigo apresentamos os resultados de uma pesquisa intervenção conduzida com estudantes do Curso de Formação de Professores, do segundo ano do ensino médio, de quatro escolas estaduais do município de Duque de Caxias. Investigamos como as diversas formas de violência contra a mulher se manifestam na vida de adolescentes em periferias urbanas. Dados foram coletados por meio de questionário eletrônico (64 respondentes) e oito "rodas de escuta", que aconteceram nas próprias escolas, em março e abril de 2022. Resultados indicam que mais da metade das jovens foram vítimas (44) ou presenciaram algum tipo de violência contra a mulher (43). Relataram casos de assédio e fetichização do uniforme do curso Normal. Apenas nove estudantes sabiam da existência do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher. O estudo revela a necessidade de ampliar os espaços de educação no feminino, criando estratégias para o enfrentamento das persistentes desigualdades de gênero.

Palavras-chave: Mulheres; Curso de Formação de Professores; Periferias Urbanas; Gênero.

INTRODUÇÃO

O município de Duque de Caxias tem uma população de 855 mil habitantes, sendo 443.974 mulheres (IBGE, 2010). Está localizado numa região conhecida como Baixada Fluminense, caracterizada pela pobreza, com destaque para os altos índices de violência contra a mulher. De acordo com o Dossiê Mulher, publicado pelo Instituto de Segurança Pública (2019), Duque de Caxias possui uma das maiores taxas de violência contra a mulher do Estado do Rio de Janeiro. Apenas em 2018 foram: 30 homicídios dolosos, 43 tentativas de homicídio, 2469 lesões corporais, 306 estupros, 20 tentativas de estupro, 2166 ameaças, 1590 casos de violência moral e 269 casos de violência patrimonial.

Santos, Silva e Medeiros (2019) argumentam que existe um quadro de violência estrutural que afeta a vida das mulheres do município, que conta com apenas uma maternidade, tem carência de programas de detecção do câncer de mama, número insuficiente de mamógrafos, poucas creches e necessidade de centros de atendimento às vítimas de violência doméstica e familiar.

Neste artigo apresentamos os resultados de uma pesquisa intervenção conduzida com estudantes do Curso de Formação de Professores, do segundo ano do ensino médio, de quatro escolas estaduais do município de Duque de Caxias, sendo uma em cada Distrito: Xerém (4º), Imbariê (3º), Jardim Primavera (2º) e Caxias (1º). O objetivo foi identificar como as diversas formas

de violência contra a mulher se manifestam na vida das adolescentes (15 a 17 anos), que vivem nas periferias urbanas da região metropolitana do Rio de Janeiro.

Adotamos o conceito de gênero proposto por Scott (1998), como “um elemento constitutivo das relações sociais baseado em diferenças percebidas entre os sexos” e “uma forma primária de significação das relações de poder”.

Louro (1997, p. 23) diz que na medida “em que o conceito afirma o caráter social do feminino e do masculino, obriga aquelas/es que o empregam a levar em consideração as distintas sociedades e os distintos momentos históricos de que estão tratando”. O foco se estabelece no processo, na construção, e não para algo que exista a priori.

O conceito passa a exigir que se pense de modo plural, acentuando que os projetos e as representações sobre mulheres e homens são diversos. Observa-se que as concepções de gênero diferem não apenas entre as sociedades ou os momentos históricos, mas no interior de uma dada sociedade, ao se considerar os diversos grupos (étnicos, religiosos, raciais, de classe) que a constituem (LOURO, 1997, p. 23).

Portanto, podemos compreender a violência contra a mulher como uma expressão das desigualdades de gênero que atuam de forma estrutural em uma determinada sociedade. A Lei 11340/2006, popularizada por Lei Maria da Penha, estabelece em seu artigo quinto, que a “violência doméstica e familiar contra a mulher [é] qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial.”

METODOLOGIA

Os dados que embasam este artigo foram coletados por meio de questionário eletrônico e oito “rodas de escuta”, que aconteceram nas próprias escolas, durante os meses de março e abril de 2022, como parte do projeto “Ciência e Tecnologias para os Direitos das Mulheres” (E-26/210.871/2021), contemplado pelo Edital FAPERJ 09/2021 “Programa Meninas e Mulheres nas Ciências Exatas e da Terra, Engenharias e Computação – 2021”.

A partir de uma perspectiva Freireana (1992), entendemos as “rodas de escuta” como espaços dialógicos de enunciação e construção de sentidos, espaços de acolhimento e conforto, em que as jovens mulheres são convidadas a pronunciar o mundo, compartilhando a pluralidade da sua condição feminina. As rodas foram mediadas pela equipe de pesquisa do Laboratório de Pesquisa em Educação, Natureza e Sociedade (LabPENSo/CNPq), em parceria com representantes do Fórum Municipal dos Direitos da Mulher de Duque de Caxias. Os questionários foram aplicados nas próprias escolas, tendo sido produzidos através da plataforma Survey Monkey, contando com 64

respondentes. A análise dos dados qualitativos foi realizada por meio de tematização e a análise dos dados quantitativos ocorreu por frequência.

RESULTADOS

Os números do questionário indicam que 39 adolescentes participaram de alguma atividade sobre os direitos da mulher na escola, mas apenas 11 tinham integrado algum grupo de mulheres. Mais da metade das jovens foram vítimas (44) ou presenciaram algum tipo de violência contra a mulher (43). A maioria (41) não conhecia os órgãos públicos que se dedicam à proteção dos direitos da mulher, embora 43 conhecessem o serviço de atendimento a mulheres vítimas de violência, com especial destaque para o Disque 180. Apenas 16 já tinham ouvido falar do Fórum Municipal dos Direitos da Mulher e nove sabiam da existência do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher.

Durante as rodas de escuta, descobrimos que as estudantes associavam a palavra “Fórum” ao órgão do poder judiciário. Foi preciso ajustar a apresentação para abordar conceitos como “democracia”, “gestão participativa”, “controle social”, “conselhos” e “fóruns da sociedade civil”. Cabe observar que o desenvolvimento de atividades sobre os direitos das mulheres nas escolas, nem sempre se traduz em conhecimentos sobre a efetiva garantia destes direitos.

Nas rodas de escuta outras temáticas emergiram, tais como: 1) instalação de unidades da Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher no segundo, terceiro e quarto Distritos; 2) atividades de educação para que as mulheres possam conhecer seus direitos e saibam como denunciar casos de violência; 3) melhoria na iluminação pública nos pontos de ônibus e ruas; 4) responsabilização das empresas de ônibus que não oferecerem atendimento adequado às estudantes; 5) continuação da distribuição dos absorventes; 6) opcionalidade da utilização de saia pelas estudantes do Curso de Formação de Professores, que poderiam escolher entre a saia e a calça comprida.

Nas quatro escolas ouvimos relatos sobre a fetichização do uniforme e o assédio sofrido em espaços públicos, como pontos de ônibus e ruas escuras. Uma das estudantes falou a seguinte frase: “no ônibus, mesmo vazio, eu fico segurando a minha saia. É muito difícil e me sinto muito incomodada”.

CONCLUSÕES

A pesquisa revela a necessidade de ampliar os espaços de educação no feminino, criando estratégias para o enfrentamento das persistentes desigualdades de gênero. As próprias estudantes

sugeriram a realização das rodas de escuta com todas as turmas da formação de professores, assim como a inclusão no calendário escolar de eventos que abordem temáticas como violência doméstica e sexual. Parece fundamental a promoção de cursos também para docentes da escola, já que muitos desconheciam a atuação do Fórum Municipal dos Direitos da Mulher e do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher. Notamos que as informações sobre esta temática possuem pouca circulação, o que se agrava pela inexistência de equipamentos públicos voltados ao atendimento das mulheres. Conclui-se que as escolas públicas de ensino médio em periferias urbanas possuem um papel central na difusão dos direitos das mulheres, sendo necessário ampliar o diálogo sobre as relações de gênero no currículo.

REFERÊNCIAS

- LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, sexualidade e educação*. Uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.
- RIO DE JANEIRO (Estado). INSTITUTO DE SEGURANÇA PÚBLICA. *Dossiê Mulher 2019*. Organizadoras Flávia Vastano Manso e Vanessa Campagnac. 14. ed. Rio de Janeiro: RioSegurança, 2019. Disponível em: http://arquivos.proderj.rj.gov.br/isp_imagens/uploads/DossieMulher2019.pdf. Acesso em: 28 jan. 2022.
- SANTOS, Ebe; SILVA, Ivanete; MEDEIROS, Luciene. Fórum Municipal Dos Direitos Da Mulher De Duque De Caxias/Rj: História, Lutas E Resistência. 30o Simpósio Nacional de História. ANPUH, Recife, 2019.